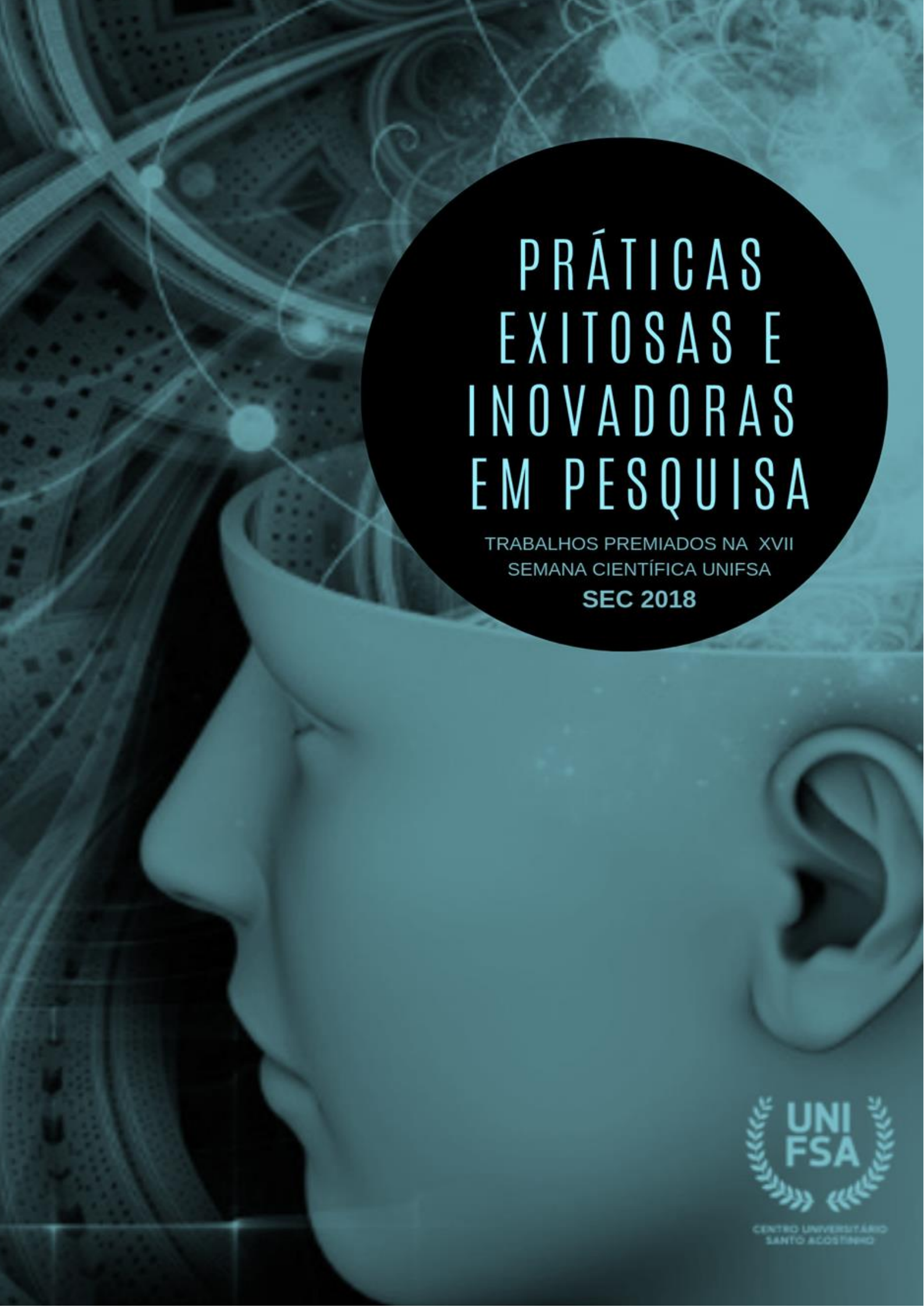
PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORAS EM PESQUISA

TRABALHOS PREMIADOS NA XVII SEMANA CIENTÍFICA UNIFSA

SEC 2018



UNIFSA

CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO

CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO – NUAPE

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA
Publicado por UNIFSA em associação com Lestu Publishing Company
Design Gráfico, Editoração e Organização: Ana Kelma Cunha Gallas
Preparação de originais: Edson Rodrigues Cavalcante
TI publicações OMP Books: Eliezyo Silva
Lestu Publishing Company: editora@lestu.org

Este título possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives* 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt

© 2018 UNIFSA/LESTU

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados na XVI Semana Científica - 2018, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58 GALLAS, Ana Kelma Cunha.

Práticas exitosas e inovadoras em pesquisa: trabalhos premiados na XVI Semana Científica do UNIFSA – SEC 2018 | Centro Universitário Santo Agostinho / Ana Kelma Cunha Gallas (Org.). Teresina: UNIFSA, 2018/ São Paulo: Lestu, 2018.

312 p. *online*.

ISBN: 978-65-996314-0-5

DOI: 10.51205/lestu. 978-65-996314-0-5

Disponível em: https://lestu.org/books/

1. Semana Científica. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência.

I. GALLAS, A. K. C. (Org.). II. Título. III. UNIFSA. IV. SEC 2018

CDD: 904.

PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORAS EM PESQUISA

TRABALHOS PREMIADOS NA XVII SEMANA CIENTÍFICA UNIFSA

SEC 2018

UNIFSA

CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO

18

OS BANCOS COMUNITÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA REGIÃO NORDESTE DO PAÍS[1]

Kátia Brasil Calixto Brasil[2]
Silvana Maria Soares Ramos[3]

RESUMO

No Brasil, persistem profundos abismos no acesso da população de baixa renda aos serviços bancários convencionais, em consequência surgem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) tendo como objetivo diminuir os efeitos da exclusão social por meio da inclusão financeira. Alguns municípios brasileiros optaram pela implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que se enquadram como sendo um tipo específico de instituição de microcrédito solidário, pois trabalha com moedas sociais, crédito para a produção e empréstimos com juros subsidiados com a finalidade do desenvolvimento local a partir do fomento dos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade. Neste sentido, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local? E apresenta como objetivo geral analisar a influência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento implantados na região nordeste do Brasil no desenvolvimento socioeconômico territorial local por meio da concessão do microcrédito. Sendo assim, foi proposto o estudo bibliográfico analisando a relação entre o BDCs e o desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil. Constatou-se que os BCDs possuem um papel importante no desenvolvimento socioeconômico nos territórios onde atuam.

Palavras-Chave: finanças solidárias, inclusão financeira, desenvolvimento socioeconômico.

---

[1]Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

[2]Mestre em Administração, Professora do Bacharelado em Administração(CCSA-UESPI), Orientadora PIBIC-UESPI, katiabrasil.adm@hotmail.com.

[3] Mestre em Administração, Professora do Bacharelado em Administração(CCSA-UESPI), Orientadora PIBIC-UESPI, silvanamsr@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo brasileiro, persistem profundos abismos no acesso da população de baixa renda aos serviços bancários convencionais e às Instituições de Microfinanças (IMFs) voltadas para a comunidade. Tendo como objetivo diminuir os efeitos da exclusão social ao mesmo tempo poder proporcionar uma inclusão financeira, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), considerados empreendimentos de economia solidária, vêm sendo implantados no Brasil desde a década de 90. A primeira experiência, o Banco Palmas cujo objetivo era melhorar as condições de vida dos moradores do conjunto Palmeiras, marcado pela exclusão social (NETO SEGUNDO, 2010).

Segundo França Filho *et al* (2009), um Banco Comunitário por ser uma iniciativa com princípios de organização popular e solidária, possui uma relação direta com o desenvolvimento local a partir do fomento aos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade, atuando tanto no lado social (associativismo, estímulo às práticas da economia solidária e integração das pessoas através do convívio social) quanto no lado econômico (abertura/expansão de empreendimentos próprios, geração de renda, circulação da moeda circulante social). Corroborando com o autor, A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2007, p.11), definiu que [...] os BCDs são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

Neste sentido, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local? E apresenta como objetivo geral analisar a influência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento implantados na região nordeste do Brasil no desenvolvimento socioeconômico territorial local por meio da concessão do microcrédito; e especificamente: mapear os bancos comunitários implantados na região nordeste do Brasil; verificar a relação do Banco Comunitário com o desenvolvimento socioeconômico territorial local; construir a contextualização teórica do assunto.

Sendo assim, foi proposto o estudo bibliográfico analisando a relação entre o BDCs e o desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

A maneira como um Banco Comunitário de Desenvolvimento operacionaliza sua política de concessão de microcrédito na comunidade na qual está inserido tem relação direta com o desenvolvimento socioeconômico local, tanto das pessoas como do lugar. Tendo em vista os BCDs serem classificados como Instituições de Microfinanças, cujo objetivo entre outros, é oportunizar o acesso ao crédito aos excluídos pelo sistema financeiro tradicional, essas instituições são implantadas em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O que se pode concluir é que essas Instituições de Microfinanças são importantes enquanto políticas públicas de concessão de microcrédito, porque proporcionam o acesso de pessoas que muitas vezes estão marginalizadas economicamente e que são potenciais empreendedores de pequenos negócios locais.

A pesquisa fundamentou-se no pressuposto de que a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. Optou-se pela pesquisa qualitativa, por se tratar de uma abordagem que oferece as condições mais apropriadas para aproximação do objeto de pesquisa, combinando o uso de fontes documentais e bibliográficas. O presente trabalho teve sua construção a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018;), dissertações (BANDEIRA, 2016), teses (RIGO, 2015) e periódicos (CARVALHO, 2013) que tratam a respeito do assunto e a partir daí foi desenvolvida em etapas: realizou-se levantamento bibliográfico do conteúdo de sustentação teórica sobre Bancos Comunitários e o desenvolvimento socioeconômico local preliminar e leitura dos respectivos materiais selecionando os de maior aplicabilidade; parametrizou-se os principais elementos da relação teórica coletada a fim de poder evidenciar o pressuposto, responder ao questionamento norteador e atingir aos objetivos predefinidos na análise dos dados considerando à análise da relação proposta. Após essas etapas, a pesquisa foi finalizada apresentando os resultados a que se propôs.

Como forma de dar suporte e embasamento às análises que foram utilizados os estudos teóricos de Morduch (1999,), que retrata o papel das Instituições de Microfinanças (IMFs); Yunus (2007, 2010, 2011), que defende a importância do microcrédito como

ferramenta de desenvolvimento socioeconômico local; França Filho (2007), que explica como os BCDs desenvolvem suas políticas de atuação baseadas nos princípios da economia solidária objetivando favorecer o bem estar humano e social; e França Filho e Silva Junior (2009), que evidenciam a proposta dos BCDs no fortalecimento das economias locais com a interação entre demanda e oferta em um processo conjunto realizado com os moradores da localidade observando as necessidades reais dos territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente a Rede Brasileira é formada por 103 (cento e três) Bancos Comunitários no Brasil, sendo a região nordeste possuí os seguintes quantitativos: Bahia com 09; Sergipe 01; Paraíba 02; Rio Grande do Norte 01; Piauí 02; Maranhão 01; e Ceará 36, totalizando 52 BCDs em funcionamento (REDE, 2018). Observa-se que o Estado do Ceará por ter o Banco Palmas como o condutor inicial desse processo de implantação e funcionamento de BCDs, de certa maneira instiga outros municípios a também fomentarem essa iniciativa em relação a IMFs. Esse levantamento evidencia o nosso primeiro objetivo que trata do mapeamento dos bancos comunitários implantados na região nordeste do Brasil, apesar de atualmente haver a implantação de novos BCDs que por estarem em fase inicial ainda não foram oficialmente contabilizados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Por haver um sentimento nos indivíduos em relação a partilhar uma mesma visão de mundo, com valores próximos, com mesma linguagem e o sentimento de pertencimento, a criação dos bancos comunitários na região nordeste foi importante. Os vários estudos mostram que a reciprocidade é central nas relações sociais (SABOURIN, OLIVEIRA, DUQUE, 2005)

Como segundo objetivo, foi proposto verificar a relação do Banco Comunitário com o desenvolvimento socioeconômico territorial local. De acordo com dados da seção Regional do Jornal Diário do Nordeste (2013), em todo o Ceará existem 37 moedas circulando e destas, 31 no interior, fomentando o empreendedorismo. Em Timbaúbas, distrito de Juazeiro do Norte (CE), o banco de desenvolvimento comunitário beneficia 13 mil pessoas de uma comunidade de pessoas pobres e que anteriormente não possuíam acesso ao microcrédito. O Programa Nacional de Desenvolvimento (PNUD) das Nações

Unidas (ONU) e a Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), são parceiras do programa de desenvolvimento social local. "O nosso objetivo é trabalhar com organizações não governamentais de certificação nacional e internacional para apoiar os nossos projetos", frisou Pedro Henrique Alcino, coordenador responsável. Ainda de acordo com a reportagem é comprovada a importância social e econômica dos bancos solidários onde eles se instalam.

O Banco Palmas atualmente possui 14 mil clientes, contribuindo para a geração de 3.500, postos de trabalho gerados no bairro. Cerca de cinco mil pessoas beneficiadas por treinamento e quatro mil oportunidades no mercado de trabalho. De 15 mil assistidos, quase nove mil são mulheres beneficiadas com o Programa Bolsa Família (MELO NERI, 2008). Note-se aqui que os números revelam a importância socioeconômica do banco para um bairro de periferia de Fortaleza, com um nível de exclusão muito alto.

O Banco dos Cocais, implantado na cidade de São João do Arraial (PI), faz circular 25 milhões em cocais (moeda social), o que equivale a mesma quantia em real. O Banco de Cocais estimula a economia solidária e faz com que o dinheiro no município circule através de investimento feito pela instituição nos setores produtivos, especialmente com a liberação de microcrédito para a promoção de pequenos negócios. Além disso, a instituição arrecada dinheiro da receita da prefeitura para o Fundo Municipal de Apoio a Economia Solidária, que é usado como microcrédito (COSTA, 2015).

O Estado da Bahia possui atualmente 09 BCDs e o que se tem observado é o trabalho social que é desenvolvido pelo banco cuja preocupação perpassa pelo ser humano e sua autoestima. De acordo com Adriana Bonfim, a busca pelas pessoas que são excluídas da sociedade em termos de concessão de microcrédito é fundamental e o BCDs proporcionam essa inclusão na sociedade. Desde 2008 o Banco Comunitário Ilhamar (BA) já realizou mais de 700 empréstimos a comunidade e isto gerou um montante de R$100.000,00 liberados para empréstimo dentro das suas linhas de crédito, esta ação do banco na comunidade possibilitou a criação de diversos empreendimentos econômicos solidários, onde além dos resultados econômicos, o banco consegue fortalecer as ações associativas existente na comunidade (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017).

No Estado de Sergipe o BCD Jardim Botânico articula parcerias que ajudam na promoção de ações e projetos para melhoria da comunidade, incentivando e fortalecendo

o protagonismo social e o envolvimento dos indivíduos no processo econômico em prol do desenvolvimento local. As ações e os processos do BCD Jardim Botânico valorizam não só a questão econômica, mas a interação social, a aprendizagem coletiva que pode modificar a realidade da comunidade e ação reflexiva pelos moradores sobre os processos de desenvolvimento. Os atores locais passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa o desenvolvimento comunitário, daí a necessidade do fortalecimento da organização local e na formação lideranças para conduzirem seus próprios projetos de desenvolvimento (RAPOSO et al, 2014).

A cidade de Alcântara, no Maranhão, implantou o primeiro banco comunitário quilombola do país, Banco Quilombola, sendo o primeiro no País organizado por povoados descendentes de escravos e cuja moeda social é o Guará. O impacto econômico na comunidade foi imediato por meio de oportunizar a abertura de novos pequenos empreendimentos, valorizando a cultura local e fortalecendo a autoestima.

No município de São Miguel do Gostoso (RN), em dezembro de 2012 teve início as atividades do Banco Solidário do Gostoso, nome dado ao primeiro banco comunitário do Estado do Rio Grande do Norte. O Banco ainda disponibiliza um espaço para comercialização dos produtos da comunidade como doces, mel e artesanatos. O município por ser rota turística no estado recebe um grande número de pessoas de outros estados e de estrangeiros que demandam produtos e serviços locais, e com a instalação do banco houve a facilitação e o fortalecimento na abertura de micro empreendimentos para a grande parte da população local que por ser muito pobre, não tinha acesso ao fomento de pequenos negócios. O banco também foi um vetor de desenvolvimento local em termos econômico-financeiros pois de certa maneira potencializou a veia empreendedora local, proporcionando através de parcerias com a prefeitura treinamento para as pessoas se qualificarem. (G1 NORDESTE, 2014)

A criação dos Bancos Comunitários não pode ser justificada como sendo apenas uma instituição de microfinança que fornece serviço financeiro a uma camada da população que é excluída do sistema tradicional financeiro. O que os BCDs se propõem e executam são ações geradoras de desenvolvimento econômico e social local a partir de projetos desenvolvidos na comunidade. Os BCDs possuem uma gestão executada pela comunidade, onde a promoção do desenvolvimento local tem a lógica das chamadas

finanças de proximidade e de cooperação, com a mediação social onde a base se dá pela confiança e solidariedade, de maneira sustentável, combinando autofinanciamento e transferência direta de recurso. As ações desenvolvidas pelos BCDs visam promover o fortalecimento da economia local e a articulação dos atores locais - produtores, consumidores e prestadores de serviços – vinculando-os ao movimento dos princípios da economia solidária (FRANÇA FILHO, 2007).

No terceiro objetivo propõe-se construir a contextualização teórica do assunto**.** Tratar da contextualização perpassa por esse fenômeno instado como uma das possíveis alternativas de oportunização de uma camada da sociedade que é excluída não somente do sistema financeiro tradicional mais também do próprio ato de cidadania. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento por serem autogeridos pela própria comunidade enfrentam desafios que diferem de local para local e para isso procuram ter ações que se adequem localmente.

A região Nordeste do Brasil desenvolve um projeto intitulado "Projeto Bancos Comunitários de Desenvolvimento em Rede", coordenado pelo Professor Genauto Carvalho de França Filho, Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA (ITES/EAUFBA) e financiado pela Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, cujo objetivo visa fortalecer iniciativas conjuntas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da Região Nordeste, nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, enquanto práticas de finanças solidárias voltadas ao desenvolvimento de comunidades.

Uma das parcerias desenvolvidas pelos BCDs em seus locais de implantação é a atuação como correspondentes bancários do Bando do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A região Nordeste possui apenas 11 BCDs que atuam como correspondente bancário do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (dados do ano de 2012) e os bancos tradicionais têm sido resistentes em aceitar a instalação de seus correspondentes nos BCDs, principalmente por alegarem a falta de segurança no momento do "alívio" do caixa eletrônico e o número insuficiente de moradores e clientes potenciais em territórios pouco populosos. Ressalte-se ainda, que mesmo com as evidências de que os correspondentes bancários dinamizam as atividades do BCD e contribuem com suas fontes de receitas, não

se pode resumir a utilidade social de um BCD na existência de um correspondente bancário em sua sede.

Complementarmente, identificou-se que, na região Nordeste, a maior parte dos BCDs está localizada em pequenos municípios (25,5% dos BCDs pesquisados no Nordeste), e em bairros (14,9%). Ainda, a maioria dos BCDs da região Nordeste (23,4%) está em territórios de 10 a 30 mil habitantes. As visitas aos territórios onde atuam os BCDs confirmaram seu potencial em atingir o público de mais baixa renda, ou seja, de promoverem efetiva inclusão financeira. Desta forma, podem ser vistos como instituições criadas para ocupar um espaço deixado por um movimento de afastamento do mercado em relação à sociedade; ou ainda, de uma parcela da sociedade que a maioria das instituições financeiras de mercado não se interessa por integrar (RIGO, 2015)

O que podemos observar é que as ações dos bancos comunitários por mais que estejam implantados em pequenos municípios em termos populacionais devem expandir a consciência crítica dos atores envolvidos. As duas principais funções desempenhadas pelos trabalhadores nos BCDs são as de agentes de crédito locais e de coordenador do banco. A capacidade dos agentes de crédito local de se envolverem na resolução de problemas econômicos e sociais através das políticas praticadas pelo BCD pode ser uma condição para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da integração, participação e parcerias. O desenvolvimento das potencialidades dos moradores do território impulsiona o comércio local na geração de renda, o que não deixa de ser uma estratégia territorial de desenvolvimento praticada pelos BCDs.

CONCLUSÕES

Constatamos que os BCDs possuem um papel importante no desenvolvimento econômico e social dos territórios onde estão implantados enquanto agente do fomento a inclusão de uma parcela da população que está excluída do sistema financeiro tradicional. O Banco Comunitário de Desenvolvimento é um agente de transformação, de aplicação de políticas de microcrédito, de incentivo aos pequenos empreendimentos sejam formais ou informais, resgatando a qualidade de vida das pessoas e a autoestima.

As parcerias são estratégias necessárias muitas vezes até para a própria sobrevivência dessa Instituição Financeira Social (IFS). Algumas dessas parcerias junto aos

BCDs na região Nordeste são inovadoras por estarem ao lado de agentes públicos. Esse é o caso do Banco dos Cocais em São João do Arraial (PI) onde a prefeitura municipal criou uma lei que assegurava o pagamento dos vencimentos dos servidores municipais em moeda cocais.

Alguns projetos são executados pelas Incubadoras de Economia Solidária contando com a participação direta de entidades locais e ONGs, como no caso do Banco Rede Opala, em Pedro II(PI). Em um levantamento realizado foi identificado que grande parte dos BCDs possuem parcerias com as prefeituras municipais onde as mesmas contribuem financeiramente com o processo de criação e manutenção de BCDs, por meio da concessão das sedes onde eles se instalam. Uma fonte de financiamento importante que destacamos é o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), onde especificamente para os BCDs do Estado do Ceará e por meio da atuação do Instituto Palmas, no período entre 2009 e 2011 tem feito diferença na aplicação de recursos financeiros para as transações financeiras (RIGO, 2015).

Para finalizar, a fim de que cumpram o papel inovador que lhes cabe e o alcance às populações mais pobres e desassistidas desse País, como se propõe e já demonstraram que são capazes, os BCDs enfrentam muitos desafios. O que impressiona, no entanto, com os resultados que até então têm alcançado principalmente por atuarem em realidades territoriais difíceis. Pensamos que, com apoio institucional adequado no âmbito de uma política pública de finanças solidárias, os BCDs têm potencial de se tornarem mecanismos efetivos de enfretamento da pobreza.

Para finalizar, a fim de que cumpram o papel inovador que lhes cabe e o alcance às populações mais pobres e desassistidas desse País, como se propõe e já demonstraram que são capazes, os BCDs enfrentam muitos desafios. O que impressiona, no entanto, são os resultados que até então têm alcançado principalmente por atuarem em realidades territoriais difíceis. Pensamos que, com apoio institucional adequado no âmbito de uma política pública de finanças solidárias, os BCDs têm potencial de se tornarem mecanismos efetivos de enfretamento da pobreza.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, C. I. A. **Microcrédito emancipatório no Nordeste do Brasil? Estudo de caso do Crediamigo Comunidade nos municípios de Caucaia-CE e Maranguape-CE**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12112/1/CarlosIAB.pdf>. Acesso em: 7 set. 2016

BRASIL, FUNDAÇÃO BANCO DO. http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-606.htm. Acesso em 25/08/18

CARVALHO, G. C. **Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho**. Revista NORUS, Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, v. 1, n. 1, 2013.

COSTA, Catarina. Portal de Notícias G1 PI. http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/02/sem-agencia-bancaria-cidade-do-piaui-cria-banco-local-e-moeda-propria.html. Acessado em 07/07/2018.

DIÁRIO DO NORDESTE. http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/banco-popular-multiplica-empreendedores-no-interior-1.216715. Acessado em 07/07/2018.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. *In:* **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, 1., 2007, Juazeiro do Norte. Anais... Juazeiro do Norte, 2007.

_____. SILVA JUNIOR,J. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. *In:* **DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA**, São Paulo: Almedina, 2009.

MORDUCH, J. *The Microfinance Promise*. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614,1999.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen Brasileiro**: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NETO SEGUNDO, J. de M. **Relembrando nossa história**. Bahia Análise & Dados, v. 12, n. 1, p. 141-148, jun. 2010.

NETO SEGUNDO, J. de M.; MAGALHÃES, S. **Bancos Comunitários: Economia Solidária e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2009.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 13 jul. 2018.

RAPOSO, Jaciara Gomes et al. Revista Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014. (ISSN 2179-6807). file:/// **O Banco Comunitário como plataforma de desenvolvimento socioeconômico local:** o caso do Banco Comunitário JARDIM BOTÂNICO.pdf

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário:** serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2007.

RIGO, Ariadne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil:** aplicações e implicações, teorias e práticas. 2014. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. do S. de L.; GRANCHAMP, L. F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

SELA, V. M.; SELA, F. E.; COSTA, S. C da. A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. *In:* **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração,** 30., 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006- apsb-2602.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial:** Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-18, set./dez. 2007. Eddição especial.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GONÇALVES, S. M. da S.; CALOU, A. L. Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. *In*: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração** 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres:** a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo. Ed. Ática, 2011.

_____. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2010.